31 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA(ES)-RJ

Termo de Referência 52/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
52/2026	160277-31 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA(ES)-RJ	BRUNO ESTEVES CUNHA	29/10/2026 09:52 (v 0.3)

Status

CONCLUIDO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64562.005724/2026-12

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais para a realização de instruções, *para o 31° GAC (Es)*, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	**PÁ DE BICO, COM CABO DE MADEIRA.** **Descrição do material:** Pá quadrada para serviços gerais, destinada à movimentação, remoção e transporte de terra, areia, cascalho, resíduos, materiais de construção e similares, confeccionada com lâmina metálica em aço carbono de alta resistência, preferencialmente forjado e/ou submetido a tratamento térmico adequado, proporcionando resistência mecânica, durabilidade e maior resistência ao desgaste. A lâmina deverá possuir formato quadrado ou aproximadamente quadrado, com dimensões aproximadas de 25 a 30 cm de largura por 25 a 30 cm de	266875	Unidade	15	R$43,23	R$648,45

	comprimento, podendo apresentar variações compatíveis com os padrões comerciais, desde que não comprometam sua utilização. Deverá possuir borda de ataque reforçada e acabamento adequado, com proteção contra corrosão. O encaixe da lâmina deverá ser constituído por soquete ou olhal metálico apropriado para receber o cabo. O cabo deverá ser confeccionado em madeira resistente, seca, de boa qualidade, sem rachaduras, empenamentos, apodrecimentos ou defeitos que comprometam sua resistência, com comprimento aproximado de 1,20 m, admitindo-se variação compatível com os padrões comerciais. O cabo deverá apresentar superfície lixada e acabamento adequado, proporcionando empunhadura segura e confortável, e deverá ser firmemente fixado à lâmina, sem folgas ou movimentação entre as partes. A ferramenta deverá ser fornecida nova, sem uso, em perfeitas condições de utilização e livre de defeitos de fabricação.					
02	**PICARETA, COM CABO DE MADEIRA.** **DESCRIÇÃO DO MATERIAL:** Picareta para trabalhos de escavação, abertura de valas, desagregação de solos compactados, rompimento e remoção de terra, pedras e outros materiais, constituída por cabeça metálica confeccionada em aço carbono de alta resistência, preferencialmente aço forjado e tratado termicamente, de modo a proporcionar elevada	603268	Unidade	15	R$87,90	R$1.318,50

	resistência ao impacto, ao desgaste e às solicitações decorrentes do uso. A cabeça deverá possuir configuração própria para picareta, com uma extremidade pontiaguda destinada à penetração e desagregação do solo e outra extremidade em formato de lâmina ou enxó, destinada ao corte e revolvimento do terreno. A parte metálica deverá apresentar acabamento adequado, sem trincas, deformações ou falhas de fabricação, podendo possuir pintura ou tratamento superficial para proteção contra corrosão. O cabo deverá ser confeccionado em madeira resistente e seca, de boa qualidade, sem rachaduras, nós soltos, empenamentos ou outros defeitos que possam comprometer a segurança do usuário, com comprimento aproximado de 90 cm, admitindo-se variação compatível com os padrões comerciais. O cabo deverá ser devidamente lixado, com superfície regular e adequada à empunhadura, e deverá permanecer firmemente fixado à cabeça metálica, sem folgas ou movimentação durante o uso. A ferramenta deverá ser fornecida nova, sem uso e em perfeitas condições de funcionamento.					
03	**ENXADA LARGA, COM CABO DE MADEIRA.** **DESCRIÇÃO DO MATERIAL:** Enxada larga para serviços de agricultura, jardinagem, capina, preparo e revolvimento do solo, limpeza de terrenos e demais serviços gerais, constituída por lâmina confeccionada em aço carbono de alta	436575	Unidade	15	R$74,88	R$1.123,20

	resistência, preferencialmente forjado e/ou submetido a tratamento térmico adequado, proporcionando resistência ao impacto, ao desgaste e à deformação. A lâmina deverá apresentar formato largo, apropriado para capina e revolvimento do solo, com largura aproximada entre 25 e 35 cm, ou conforme padrão comercial equivalente, e comprimento compatível com a finalidade da ferramenta. A lâmina deverá possuir borda de trabalho adequadamente conformada e resistente, sem trincas, deformações ou falhas de fabricação, podendo receber pintura ou outro tratamento superficial para proteção contra corrosão. O encaixe deverá ser compatível com cabo de madeira e proporcionar fixação firme e segura. O cabo deverá ser confeccionado em madeira resistente, seca e de boa qualidade, sem rachaduras, apodrecimento, empenamento, nós soltos ou outros defeitos que comprometam sua resistência, com comprimento aproximado de 1,50 m, admitindo-se variação compatível com os padrões comerciais. A superfície do cabo deverá ser lixada e apresentar acabamento adequado para proporcionar empunhadura segura e confortável. A lâmina deverá estar firmemente fixada ao cabo, não podendo apresentar folgas, deslocamentos ou movimentação inadequada durante o uso. A ferramenta deverá ser fornecida nova, sem uso e em perfeitas condições de utilização.					
04		150415	Unidade	15	R$93,39	R$1.400,85

	CAVADEIRA ARTICULADA, COM CABO DE MADEIRA. **DESCRIÇÃO DO MATERIAL:** Cavadeira articulada manual, destinada à abertura e aprofundamento de covas, valas e pequenos buracos em solos, para serviços de jardinagem, agricultura, manutenção, obras e serviços gerais, constituída por duas lâminas metálicas articuladas, confeccionadas em aço carbono de alta resistência, preferencialmente forjado e/ou tratado termicamente, proporcionando resistência mecânica, durabilidade e resistência ao desgaste. As lâminas deverão apresentar formato apropriado para penetração e retirada do solo, com bordas de trabalho resistentes e acabamento adequado, sem trincas, deformações ou falhas de fabricação. A articulação deverá ser constituída por sistema metálico resistente, permitindo a abertura e o fechamento das lâminas de forma regular e segura, sem folgas excessivas. Os cabos deverão ser confeccionados em madeira resistente, seca e de boa qualidade, sem rachaduras, empenamentos, apodrecimento ou defeitos que comprometam sua resistência, com comprimento aproximado de 1,50 m, admitindo-se variação compatível com os padrões comerciais. Os cabos deverão apresentar acabamento lixado e superfície regular, proporcionando empunhadura segura e confortável. As duas partes da ferramenta						

	deverão permanecer firmemente unidas pelo sistema de articulação, permitindo operação adequada mediante o movimento dos cabos. A ferramenta deverá ser fornecida nova, sem uso, em perfeitas condições de utilização e livre de defeitos de fabricação.					
05	**CYALUME LUZ QUÍMICA, BASTÃO COM 15CM , COR VERDE.** **DESCRIÇÃO DO MATERIAL:** O bastão deverá possuir diâmetro compatível com seu comprimento e com o padrão comercial de bastões de luz química de 15 cm, permitindo fácil transporte, manuseio e acondicionamento. Deverá apresentar superfície externa lisa e resistente, sem rebarbas, perfurações, rachaduras, deformações ou quaisquer danos que possam comprometer sua utilização. Poderá possuir gancho, cordão, suporte ou conector plástico em uma das extremidades para facilitar sua fixação, transporte ou sinalização, desde que não prejudique a funcionalidade do produto. Os componentes químicos responsáveis pela emissão luminosa deverão permanecer hermeticamente acondicionados no interior do bastão, não podendo ocorrer vazamento durante o armazenamento, ativação ou utilização normal. O produto deverá ser fornecido com embalagem individual ou coletiva adequada, capaz de protegê-lo contra danos físicos, umidade, calor excessivo e acionamento acidental. A embalagem deverá permitir a identificação do fabricante, lote, data	480024	Unidade	30	R$20,15	R$604,50

	de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação e pelo fabricante. O produto deverá possuir prazo de validade compatível com o armazenamento e utilização pela Administração, devendo ser entregue dentro do prazo de validade indicado pelo fabricante e em condições adequadas de conservação. Deverá ser fornecido novo, de primeiro uso, não ativado e em perfeitas condições, sem vazamentos, rachaduras, deformações, sinais de deterioração ou qualquer outro defeito. Características mínimas de referência: comprimento nominal de 15 cm; bastão descartável; acionamento por flexão/dobramento e agitação; emissão de luz por reação quimioluminescente; funcionamento independente de energia elétrica, pilhas ou baterias; corpo externo em material plástico resistente; emissão luminosa contínua e uniforme; duração mínima de 8 horas, conforme especificação do fabricante; embalagem adequada para armazenamento; identificação de lote e validade; produto novo e não ativado.					
06	**CYALUME LUZ QUÍMICA, BASTÃO COM 15CM , COR AMARELA.** **DESCRIÇÃO DO MATERIAL:** O bastão deverá possuir diâmetro compatível com seu comprimento e com o padrão comercial de bastões de luz química de 15 cm, permitindo fácil transporte, manuseio e	480024	Unidade	30	R$20,15	R$604,50

	acondicionamento. Deverá apresentar superfície externa lisa e resistente, sem rebarbas, perfurações, rachaduras, deformações ou quaisquer danos que possam comprometer sua utilização. Poderá possuir gancho, cordão, suporte ou conector plástico em uma das extremidades para facilitar sua fixação, transporte ou sinalização, desde que não prejudique a funcionalidade do produto. Os componentes químicos responsáveis pela emissão luminosa deverão permanecer hermeticamente acondicionados no interior do bastão, não podendo ocorrer vazamento durante o armazenamento, ativação ou utilização normal. O produto deverá ser fornecido com embalagem individual ou coletiva adequada, capaz de protegê-lo contra danos físicos, umidade, calor excessivo e acionamento acidental. A embalagem deverá permitir a identificação do fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação e pelo fabricante. O produto deverá possuir prazo de validade compatível com o armazenamento e utilização pela Administração, devendo ser entregue dentro do prazo de validade indicado pelo fabricante e em condições adequadas de conservação. Deverá ser fornecido novo, de primeiro uso, não ativado e em perfeitas condições, sem vazamentos, rachaduras, deformações, sinais de deterioração ou qualquer outro defeito.						

	Características mínimas de referência: comprimento nominal de 15 cm; bastão descartável; acionamento por flexão/dobramento e agitação; emissão de luz por reação quimioluminescente; funcionamento independente de energia elétrica, pilhas ou baterias; corpo externo em material plástico resistente; emissão luminosa contínua e uniforme; duração mínima de 8 horas, conforme especificação do fabricante; embalagem adequada para armazenamento; identificação de lote e validade; produto novo e não ativado.					
07	**CYALUME LUZ QUÍMICA, BASTÃO COM 15CM , COR VERMELHA.** **DESCRIÇÃO DO MATERIAL:** O bastão deverá possuir diâmetro compatível com seu comprimento e com o padrão comercial de bastões de luz química de 15 cm, permitindo fácil transporte, manuseio e acondicionamento. Deverá apresentar superfície externa lisa e resistente, sem rebarbas, perfurações, rachaduras, deformações ou quaisquer danos que possam comprometer sua utilização. Poderá possuir gancho, cordão, suporte ou conector plástico em uma das extremidades para facilitar sua fixação, transporte ou sinalização, desde que não prejudique a funcionalidade do produto. Os componentes químicos responsáveis pela emissão luminosa deverão permanecer hermeticamente acondicionados no interior do bastão, não podendo ocorrer	480024	Unidade	30	R$20,15	R$604,50

	vazamento durante o armazenamento, ativação ou utilização normal. O produto deverá ser fornecido com embalagem individual ou coletiva adequada, capaz de protegê-lo contra danos físicos, umidade, calor excessivo e acionamento acidental. A embalagem deverá permitir a identificação do fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação e pelo fabricante. O produto deverá possuir prazo de validade compatível com o armazenamento e utilização pela Administração, devendo ser entregue dentro do prazo de validade indicado pelo fabricante e em condições adequadas de conservação. Deverá ser fornecido novo, de primeiro uso, não ativado e em perfeitas condições, sem vazamentos, rachaduras, deformações, sinais de deterioração ou qualquer outro defeito. Características mínimas de referência: comprimento nominal de 15 cm; bastão descartável; acionamento por flexão/dobramento e agitação; emissão de luz por reação quimioluminescente; funcionamento independente de energia elétrica, pilhas ou baterias; corpo externo em material plástico resistente; emissão luminosa contínua e uniforme; duração mínima de 8 horas, conforme especificação do fabricante; embalagem adequada para armazenamento; identificação de lote e validade; produto novo e não ativado.					
08		480024	Unidade	30	R$20,15	R$604,50

	CYALUME LUZ QUÍMICA, BASTÃO COM 15CM , COR AZUL. **DESCRIÇÃO DO MATERIAL:** O bastão deverá possuir diâmetro compatível com seu comprimento e com o padrão comercial de bastões de luz química de 15 cm, permitindo fácil transporte, manuseio e acondicionamento. Deverá apresentar superfície externa lisa e resistente, sem rebarbas, perfurações, rachaduras, deformações ou quaisquer danos que possam comprometer sua utilização. Poderá possuir gancho, cordão, suporte ou conector plástico em uma das extremidades para facilitar sua fixação, transporte ou sinalização, desde que não prejudique a funcionalidade do produto. Os componentes químicos responsáveis pela emissão luminosa deverão permanecer hermeticamente acondicionados no interior do bastão, não podendo ocorrer vazamento durante o armazenamento, ativação ou utilização normal. O produto deverá ser fornecido com embalagem individual ou coletiva adequada, capaz de protegê-lo contra danos físicos, umidade, calor excessivo e acionamento acidental. A embalagem deverá permitir a identificação do fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação e pelo fabricante. O produto deverá possuir prazo de validade compatível com o armazenamento e utilização pela Administração, devendo						

	ser entregue dentro do prazo de validade indicado pelo fabricante e em condições adequadas de conservação. Deverá ser fornecido novo, de primeiro uso, não ativado e em perfeitas condições, sem vazamentos, rachaduras, deformações, sinais de deterioração ou qualquer outro defeito. Características mínimas de referência: comprimento nominal de 15 cm; bastão descartável; acionamento por flexão/dobramento e agitação; emissão de luz por reação quimioluminescente; funcionamento independente de energia elétrica, pilhas ou baterias; corpo externo em material plástico resistente; emissão luminosa contínua e uniforme; duração mínima de 8 horas, conforme especificação do fabricante; embalagem adequada para armazenamento; identificação de lote e validade; produto novo e não ativado.					
09	**KIT CAMUFLAGEM, COR VERDE** **DESCRIÇÃO DO MATERIAL:** BISNAGA, produto deverá ser próprio para uso cosmético e aplicação sobre a pele, dermatologicamente testado quando essa informação fizer parte da especificação do fabricante, não devendo conter componentes proibidos pela legislação sanitária aplicável. Deverá apresentar características adequadas ao uso prolongado, com boa aderência à pele e resistência ao suor e à umidade em condições normais de utilização, sem comprometer sua remoção posterior. A	612105	Unidade	150	R$32,96	R$4.944,00

	formulação deverá permitir aplicação e reaplicação durante a atividade, mantendo as características de cobertura e pigmentação. A cor preta deverá apresentar tonalidade escura e uniforme, enquanto a cor verde deverá apresentar tonalidade verde de baixa luminosidade, adequada à finalidade de camuflagem. As duas cores deverão apresentar acabamento predominantemente fosco, sem brilho ou efeito refletivo, de modo a evitar o aumento do contraste visual provocado pela reflexão da luz. A embalagem deverá ser resistente, adequada ao transporte e ao armazenamento em condições de campo, protegendo o produto contra vazamentos, contaminação, ressecamento e deterioração. Deverá permitir a abertura e o fechamento de maneira prática e segura, inclusive durante atividades externas. Quando acondicionado em estojo contendo as duas cores, cada tonalidade deverá estar devidamente separada e identificada. O produto deverá ser fornecido novo, de primeiro uso, dentro do prazo de validade indicado pelo fabricante, em embalagem original ou adequada, contendo identificação do fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade, composição e instruções de uso, quando aplicáveis. O produto deverá apresentar aspecto, odor e consistência normais, não podendo apresentar separação excessiva de						

	componentes, ressecamento, alterações de coloração, vazamentos ou quaisquer sinais de deterioração. MARCA REFERÊNCIA: FO+					
10	**KIT CAMUFLAGEM, COR PRETA** **DESCRIÇÃO DO MATERIAL:** BISNAGA, produto deverá ser próprio para uso cosmético e aplicação sobre a pele, dermatologicamente testado quando essa informação fizer parte da especificação do fabricante, não devendo conter componentes proibidos pela legislação sanitária aplicável. Deverá apresentar características adequadas ao uso prolongado, com boa aderência à pele e resistência ao suor e à umidade em condições normais de utilização, sem comprometer sua remoção posterior. A formulação deverá permitir aplicação e reaplicação durante a atividade, mantendo as características de cobertura e pigmentação. A cor preta deverá apresentar tonalidade escura e uniforme, enquanto a cor verde deverá apresentar tonalidade verde de baixa luminosidade, adequada à finalidade de camuflagem. As duas cores deverão apresentar acabamento predominantemente fosco, sem brilho ou efeito refletivo, de modo a evitar o aumento do contraste visual provocado pela reflexão da luz. A embalagem deverá ser resistente, adequada ao transporte e ao armazenamento em condições de campo,	612105	Unidade	150	R$32,96	R$4.944,00

	protegendo o produto contra vazamentos, contaminação, ressecamento e deterioração. Deverá permitir a abertura e o fechamento de maneira prática e segura, inclusive durante atividades externas. Quando acondicionado em estojo contendo as duas cores, cada tonalidade deverá estar devidamente separada e identificada. O produto deverá ser fornecido novo, de primeiro uso, dentro do prazo de validade indicado pelo fabricante, em embalagem original ou adequada, contendo identificação do fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade, composição e instruções de uso, quando aplicáveis. O produto deverá apresentar aspecto, odor e consistência normais, não podendo apresentar separação excessiva de componentes, ressecamento, alterações de coloração, vazamentos ou quaisquer sinais de deterioração. MARCA REFERÊNCIA: FO+					
11	**MARRETA OITAVADA, CABO DE MADEIRA.** **DESCRIÇÃO DO MATERIAL:** Marreta oitavada, indicada para serviços de impacto, demolição, montagem, manutenção e trabalhos gerais de construção e manutenção. Deve possuir cabeça em aço forjado e temperado, com acabamento resistente à corrosão, formato oitavado e faces de impacto planas e uniformes, proporcionando resistência e segurança durante o uso.	8303	Unidade	15	R$40,95	R$614,25

	Deve possuir cabo em madeira de alta resistência, devidamente encaixado e fixado à cabeça, com acabamento que permita empunhadura firme e confortável. A cabeça deverá apresentar boa resistência mecânica a impactos repetitivos, sem trincas, deformações ou rebarbas que comprometam sua utilização.Produto novo, sem sinais de uso, com acabamento uniforme e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis.					
12	**BUZINA A GÁS** **DESCRIÇÃO DO MATERIAL:** Buzina de pressão a gás propano /butano, com corneta plástica removível, conteúdo mínimo de 150g /200ml, aplicação em sinalização de emergência /náutica/eventos.	224326	Unidade	5	R$36,50	R$182,50
13	**APITO ESPORTIVO PROFISSIONAL.)** **DESCRIÇÃO DO MATERIAL:** Apito esportivo profissional, em polietileno (corpo plástico) ou metal cromado, sem esfera interna, cor preta ou metálica, frequência sonora em torno de 4,0 kHz com alcance de audibilidade de até 20 metros (ou som de alta potência tipo profissional), acompanhado de cordão em polietileno com tamanho aproximado de 50 cm e 4 mm de espessura (ou com dedal anatômico, conforme a modalidade).	429784	Unidade	10	R$13,20	R$132,00
14	**QUADRO BRANCO, MOLDURA DE ALUMÍNIO.** **DESCRIÇÃO DO MATERIAL:** Quadro branco para escrita com marcador apagável,	485625	Unidade	4	R$140,51	R$562,04

	medindo 120x90 cm. Superfície em laminado melamínico de alta qualidade ou MDF com acabamento UV, perfeitamente lisa e que permita o apagamento completo a seco (sem deixar manchas/" fantasmas"). Moldura perimetral em alumínio anodizado natural com cantoneiras de acabamento em plástico injetado arredondado. Deve acompanhar calha porta-marcador/apagador em alumínio e kit completo para fixação em parede. Garantia mínima de 12 meses.					
15	**PACOTE COM 10 FOLHAS DE ACETATO TRANSPARENTE.** **DESCRIÇÃO DO MATERIAL:** Folha de acetato transparente, dimensões 40 x 50 cm, espessura de 0,21 mm (21 micras).	250807	Unidade	10	R$44,70	R$447,00
16	**CALCULADORA CIENTÍFICA.** **DESCRIÇÃO DO MATERIAL:** Calculadora científica portátil com no mínimo 240 funções, visor de cristal líquido (LCD) de 2 linhas e capacidade para 10 + 2 dígitos. O equipamento deve realizar operações matemáticas básicas e avançadas (trigonometria, logaritmos, raízes, potências e frações), além de possuir funções estatísticas (desvio padrão e regressão), hiperbólicas, permutação, combinação, memória para variáveis e sistema de visualização de fórmulas algébricas. Deve apresentar teclas plásticas resistentes, desligamento automático, alimentação por pilhas ou bateria e acompanhar	462530	Unidade	4	R$58,09	R$232,36

	tampa protetora rígida, com manual em português e garantia mínima de 12 meses, tendo como referência de qualidade os modelos Casio FX-82MS, Elgin CC240 ou similar equivalente.					
17	**PROTETOR AURICULAR, COM CORDÃO** **DESCRIÇÃO DO MATERIAL:** Protetor auricular de segurança tipo inserção (pluga), pré-moldado em silicone grau farmacêutico ou elastômero termoplástico (TPE) antialérgico, atóxico e lavável, com design anatômico de três flanges macias e concêntricas para vedação do canal auditivo; dotado de cordão de fixação flexível e resistente unindo os plugues; com nível de atenuação de ruído igual ou superior a 15 dB (NRRsf); devendo obrigatoriamente possuir Certificado de Aprovação (C.A.) válido emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e ser fornecido em embalagem individual hermética contendo identificação do fabricante, número do C.A., lote e instruções de uso.	359485	Unidade	400	R$4,81	R$1.924,00
18	**ROLO DE OBREIA** **DESCRIÇÃO DO MATERIAL:** Obréia, material: papel celulose vegetal/couchê, formato: circular, apresentação: auto-adesiva, diâmetro: 25 mm, cor: preta, com alta fixação, desdobrada em rolo com 1.000 unidades. Aplicação: cobrir furos causados por projéteis em alvos de tiro esportivo ou treinamento.	250678	Unidade	10	R$8,05	R$80,50

1.2. *Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.*

1.3 . O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, prorrogável na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação á vigência da contratada.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
4.1.2. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
4.1.3. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
4.1.4. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
4.1.5. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
4.1.6. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
4.1.7. Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
4.1.8. Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

4.2. Os critérios de sustentabilidade devem ser atendidos baseados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Subcontratação:

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação:

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota de Empenho ou da assinatura do Termo de Contrato do orgão contratante em remessa única ou parcelada, nos endereços e horários:

5.1.1. Órgão Gerenciador: **31º Grupo de Artilharia de Campanha (Escola)** – Rua São Sebastião, s/nº, Deodoro, Rio de Janeiro-RJ. CEP 21.615-210. Horários para entrega: Segunda-feira a Quinta-feira de 09:30 às 11:30 e 13:00 às 16:30; e Sexta-feira de 09:30 às 11:30. Telefone de contato: (21) 2457-4491. E-mail de contato: almox@31gac.eb.mil.br e gesa.almox@gmail.com;
5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado. O termo consiste no Termo de Recebimento de Exame de Material (TREM), conforme exposto nos Art. 58, § 2º e 62, II, § 2º da Portaria C Ex nº 1.555/21 (Regulamento de Administração do Exército).
5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
]5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *30* (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4.os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos

pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1] , no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5.o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que 8trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA*,* exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade .

8.31.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação dos índices de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo sejam divulgados os índices definitivos).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *DISPENSA*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários.

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital ***OU*** *tabela constante dos itens deste Termo de Referência.*

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br /empreendedor;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social,* já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas [A11] :

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{Ativo Circulante}$$

LC =

Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *capital mínimo* do *valor total estimado da contratação.*

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação ;

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.396. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R$ 20.971,65 *(* vinte mil novecentos e setenta e 1 reais e sessenta e cinco centavos*), conforme custos unitários apostos na* ***tabela contida no item 1.1 acima*** *.*

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas *exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.*

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 30 (trinta) dias* contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital,* no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de *30 (trinta) dias.*

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, *e da relação da rede de assistência técnica autorizada* ;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho ;

4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2.A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, *o Contratado* declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a Dispensa de Licitação, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ... de ..... de 20.... .

_____

15. APROVAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Considerando:

1. que a necessidade da contratação está plenamente justificada no Estudo Técnico Preliminar, anexo a este Termo de Referência;

2. que estão presentes os elementos técnicos capazes de propiciar avaliação do custo pela administração
diante dos orçamentos apresentados, os critérios de aceitação, os deveres da CONTRATADA e da CONTRATANTE, os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, os prazos de execução, de forma clara, concisa e objetiva; e

3. que a contratação propiciará a continuidade dos trabalhos atinentes ao 31° Grupo de Artilharia de Campanha (Escola).

DECIDO:

Aprovar o presente Termo de Referência.

Rio de Janeiro, RJ.

gov.br Documento assinado digitalmente
ADRIANO MURAROLI BERNARDES
Data: 30/10/2026 08:37:12-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ADRIANO MURAROLI BERNARDES - Ten Cel

Ordenador de Despesas do 31º Grupo de Artilharia de Campanha (Escola)

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Despacho: Aquisição de materiais para instrução

gov.br Documento assinado digitalmente
BRUNO ESTEVES CUNHA
Data: 29/10/2026 13:18:18-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

BRUNO ESTEVES CUNHA

Membro da comissão de contratação